TL 42

21/1/92

Declaração do porta-voz do
Ministério dos Negócios Estrangeiros

A imprensa indonésia relatou que hoje, dia 21 de Janeiro, três timorenses começam a ser julgados , acusados de roubo de documentos do Comando Militar Indonésio e do seu encaminhamento ao exterior, nomeadamente "ao Governo Português".

Este episódio não representa mais que mais uma peça no processo mediante o qual as autoridades indonésias, que ilegítima e ilegalmente ocupam pela força o território não-autónomo de Timor-Leste, pretendem fazer crer que os verdadeiros responsáveis pelo massacre de Timor-Leste, em 12 de Novembro, são os próprios habitantes de Timor-Leste vítimas de um acto da mais chocante brutalidade cometido pelos militares indonésios, que indignou a opinião pública internacional. Pretendem, além disso, levar a acreditar a tese de que Portugal estará, de algum modo, envolvido no acontecimento

O Governo Português rejeita enérgica e liminarmente qualquer insinuação a este respeito, ridícula e sem qualquer fundamento.

As autoridades indonésias continuam a procurar distrair as atenções sobre os verdadeiros responsáveis do massacre, sustentando a tese da "provocação" premeditada a que os seus militares teriam respondido "espontâneamente" e sem ordens dos seus superiores, embora

/...

admitidamente de forma "excessiva", conforme as conclusões já divulgadas da sua "comissão nacional de inquérito".

A posição portuguesa sobre a legitimidade e imparcialidade de tal comissão é bem conhecida. As suas conclusões destinaram-se essencialmente a acalmar as críticas crescentes da comunidade internacional, e em especial a procurar afastar a ameaça de sanções afectando a sua cooperação com diversos países e organizações. Ainda há dias, depoimentos de numerosos timorenses publicados no jornal indonésio "Jakarta, Jakarta" vieram - tal como já o haviam feito as testemunhas oculares estrangeiras - contradizer abertamente a tese oficial da "comissão nacional de inquérito".

Esta não esclarece a questão essencial do efectivo envolvimento dos oficiais indonésios na condução do massacre e oculta, por conseguinte a forma fria, ordenada e disciplinada como foram feitos os disparos e as posteriores sistemáticas agressões e até esfaqueamentos dos feridos e detidos. Apesar de pretender ter admitido a "má-conduta" dos soldados autores da carnificina, são os timorenses que são presos e julgados, enquanto nem um único militar foi, até agora, alvo de qualquer acusação ou detenção pelo seu comportamento na inqualificável violência cometida no cemitério de Santa Cruz.

O Governo português apela novamente para a comunidade internacional para que seja denunciada a continuação da repressão em Timor-Leste e para que se exija uma investigação completa e independente da tragédia do passado dia 12 de Novembro em Dili. A Indonésia afirma recusar uma tal investigação sob os auspícios das Nações Unidas, para esconder o ambiente de intimidação e terror prevalecente no território que ocupa ilegalmente e a insustentabilidade das teses da sua "comissão nacional de inquérito". As autoridades de Djacarta devem ser confrontadas com as consequências desta sua atitude negativa.

/...

Os julgamentos agora anunciados são a prova de que as desculpas e promessas com que os dirigentes indonésios procuram acalmar a revolta pelo procedimento dos seus militares em Timor-Leste não têm qualquer tradução prática. Dezenas de jovens timorenses foram presos em Dili, Bali e Djacarta na sequência do massacre de 12 de Novembro. Informações credíveis indicam que vários terão sido severamente mal-tratados e torturados, como nos casos de José Pompeia Saldanha Ribeiro e Fernando Araújo, presos em Bali. A assistência por advogados tem sido negada, estando a grande maioria deles praticamente incomunicável. Alguns são acusados de "subversão" e correm o risco de condenação à pena de morte.

Tudo até agora indica que nos anunciados julgamentos, os acusados serão desprovidos das mais elementares condições de defesa e não terão quaisquer garantias de uma apreciação mínimamente imparcial do seu comportamento. Portugal denuncia esta situação e apela para que a comunidade internacional não deixe descure a sua atenção sobre esta nova prepotência para evitar que dela venham a decorrer consequências trágicas.